

CNPJ: 18.080.283/0001-94

#### MENSAGEM

De sua Excelência, José Santana Júnior, Prefeito Municipal

D.D. Presidente da Egrégia Câmara Legislativa de Dom Cavati, MG

Sr. Presidente da Câmara Municipal;

O Projeto anexo dispõe sobre a concessão dos beneficios eventuais como um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, em seu Art. 22, parágrafos 1º e 2º.

Os beneficios eventuais destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do individuo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros. São reconhecidamente os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, os mais pobres, necessitados e desvalidos.

Os direitos sociais e humanos estarão sendo contemplados e atendido pela presente Lei, pois ao estabelecer critérios claros acerca da concessão destes benefícios estaremos desenvolvendo uma política social mais justa e solidária.

E ainda, o presente projeto realiza alguns ajustes em face da lei anterior, que ora se revoga, adequando os auxilios à realidade de nossa cidade.

Sendo o que temos para o momento, subscrevemo-nos, renovando elevados protestos de estima e distinta consideração, contando com a aprovação do Projeto.

Atenciosamente,

Dom Cavati, 25 de novembro de 2019

JOSÉ SANTANA JÚNIOR Prefeito Municipal



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM CAVATI RUA NOVO HORIZONTE, 303 – CENTRO DOM CAVATI – MG – CEP 35.148-000 CNPJ: 18.080.283/0001-94

LIDO NA REUNIÃO
DE 17 12 19
CÂMARIA MUNICIPAL DE DON CAVATI

PROJETO DE LEI N° ...2/
PROTOCOLO Nº .. 2/
26 , // , /9 | 15 ... 20 Hs.

Dispõe sobre Beneficios Eventifais MANATI Política de Assistência Social e dá outras providências.

ENVIADO AO PREFEITO

### O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOM CAVATI, ESTADO DE MINAS GERAIS:

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE DOM CAVATI aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os beneficios Eventuais previstos no Art. 22 da LOAS, são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Parágrafo único. Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

- Art. 2º. O benefício eventual destina-se aos cidadãos moradores do município de Dom Cavati em vulnerabilidade e risco social e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.
- Art. 3º. A provisão dos benefícios eventuais deverá ser realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana, por meio do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS.
- §1º A vulnerabilidade é caracterizada pelo advento de riscos perdas e danos à integridade pessoal e familiar e são assim entendidos:

I- Riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II- Perdas: privações de bens e de segurança material; e

III- Danos: agravos sociais e ofensas.

§2º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

1- Da falta de:

- a) Acesso a condições e meios de suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;
- b) Falta de documentação; e



CNPJ: 18.080.283/0001-94

- c) Falta de domicílio.
- II- Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- III- Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;
- IV- De desastres e de calamidade pública:
- V- De outras situações que comprometam a sobrevivência.
- Art. 4º. O benefício eventual, na forma de auxílio- natalidade constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social na forma de bens de consumo, para reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família, residente no município.
- Art. 5°. O auxílio natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:
- I- Necessidade do nascituro;
- II- Apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido;
- III- Apoio à família no caso de morte da mãe; e
- IV- As gestantes que participarem do grupo de gestantes no CRAS e que tenham no mínimo 06 (seis) consultas de pré-natal;
- Art. 6°. O auxilio natalidade ocorrerá na forma de bens de consumo.
- §1º Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo bens de vestuário, utensílios para alimentação quando necessário, por no máximo seis meses, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito da família beneficiária.
- §2º O requerimento do benefício natalidade deve ser solicitado até 30 (trinta) dias antes ou até 40 (quarenta) dias após o nascimento. As solicitações deverão ser atendidas até 30 (trinta) dias após o requerimento.
- Art. 7º. O beneficio eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária não contributiva da assistência social em prestação de serviço para reduzir vulnerabilidade provocada por morte do membro da família.
- Art. 8°. O auxílio funeral alcançará:
- I- Custeio das despesas de urna funerária;
- II- Custeio das despesas de translado;
- III Ornamentação;
- IV Coroa;



CNPJ: 18.080.283/0001-94

- §1º. Os serviços devem cobrir o custeio de despesas de uma funerária no valor correspondente ao definido pelo setor de compras, mediante processo licitatório vigente, bem como para cobrir despesas de translado quando necessário, ornamentação e coroa.
- §2º. O beneficio requerido em caso de morte deve ser liberado na forma de prestação de serviço, sendo de pronto atendimento, em plantão de 24 horas.
- §3º. O beneficio funeral será concedido apenas se o falecido (a) for residente do município, e enterrado no cemitério do município, salvo as situações de moradores de rua e andarilhos.
- §4º. Os beneficios natalidade e funeral serão fornecidos às famílias em número igual ao das ocorrências desses eventos.
- §5º. Para os fins do presente dispositivo entende-se por auxílio funeral ainda, as despesas acessórias decorrentes do óbito.
- Art. 9º. O beneficio natalidade e funeral serão liberados a um integrante da família beneficiária (pai, mãe, cônjuge, filho) ou pessoa autorizada mediante procuração e documentos pessoais.
- Art. 10°. Conceder-se- á auxílio moradia aos comprovadamente necessitados, desvalidos e vulneráveis e ou desabrigados ou em estado de calamidade:
- I Fornecimento de materiais de construção:
- II Custeio do serviço de execução ou reforma da moradia;
- III Pagamento temporário do aluguel, limitado a no máximo 3 (três) meses;
- Art. 11. Poderão ser oferecidos na forma de auxilios materiais, bens ou serviços de distribuição gratuita às pessoas comprovadamente carentes, necessitadas e ou em situação de vulnerabilidade temporária:
- I- Passagem intermunicipal, desde que documentado e comprovado a necessidade da viagem; não inclui nessa modalidade o fornecimento de passagens para tratamento de saúde fora do domicílio;
- II- A passagem intermunicipal para atendimento de itinerante será fornecida no máximo 2 (duas) vezes ao ano, mediante a comprovação da necessidade;
- III- Concessão de leite a criança desnutrida e nutriz, não serão fornecidos leites considerados especiais que envolvam questões de saúde;
- IV- Cesta básica; Cobertores, roupas e acessórios de uso doméstico; Óculos, Órtese, prótese, cadeiras de rodas, Colchoes, fraudas,



CNPJ: 18.080.283/0001-94

- V Gás de cozinha, pagamento de água e energia elétrica ás pessoas comprovadamente carentes, desvalidos e vulneráveis economicamente até o limite das dotações orçamentárias, seus respectivos créditos adicionais e suas disponibilidades financeiras;
- §1º Esses benefícios deverão ser articulados em consonância com os serviços de referência e contra referência.
- §2º O prazo para moradores novos requerer o benefício eventual é de 03 (três) meses residindo no município, mediante documentos que comprovem, salvo em caso de emergência, passando por avaliação da Assistência Social.
- §3º O órgão municipal observará o prazo máximo de três dias uteis contados do requerimento para a realização da visita técnica e manifestação conclusiva acerca do deferimento da concessão de cestas básica ou as razões do indeferimento da concessão do auxílio.
- §4º Somente se admitirá o processamento do pedido de concessão do auxílio de pagamento de tarifas de água e energia formulados dentro dos primeiros 30 dias contados da data do vencimento da fatura.
- §5º Exclui-se da presente lei os tratamentos médicos oriundos de dependência química de drogas.
- §6º Exclui-se do conceito de benefícios eventunis concedidos pela secretaria de assistência social a concessão de remédios (medicamentos), materiais hospitalares e exames médicos vinculados aos benefícios da secretaria de saúde.
- Art. 12º. Considerar-se-ão benefícios eventuais o atendimento a vítimas de calamidade pública, de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia.
- §1º Para fins desta lei, entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos á comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.
- §2º Conceder-se-á como forma de concessão do benefício eventual:
- a) Bens de consumo: auxílio alimentação, complementação alimentar (leite, frutas, legumes e verduras), cobertor, lona e outros às pessoas vitimadas após calamidade pública;
- b) Pecúnia.
- Art. 13 Os auxílios serão assegurados após análise da Secretaria de Assistência Social mediante fornecimento do material, serviço ou recurso financeiro para seu custeio.

Parágrafo Primeiro: Quando a cessão dos beneficios for posta em forma de auxílio financeiro, deverá o beneficiário ou seu responsável legal, prestar contas junto Secretaria Municipal de



CNPJ: 18.080.283/0001-94

Assistência Social, por meio de apresentação de documento que comprove o uso do recurso financeiro para custeio do benefício previamente autorizado.

Parágrafo Segundo: Será autorizado a receber o recurso financeiro junto à tesouraria do município o beneficiário direto ou seu representante legal, mediante a autorização de que trata o caput deste artigo após processamento de prévio empenho.

Parágrafo Terceiro: Ficará impedido de receber novo benefício àquele que não prestar contas do recurso anteriormente recebido, sendo a falta da prestação de contas somente sanada mediante a devolução dos recursos financeiros aos cofres públicos.

Art. 14. Conforme art. 9º do Decreto nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007, as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculado ao campo da saúde, educação, integração nacional e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

#### Art. 15. Ao Município compete

- I- A coordenação geral, a operacionalização, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;
- II- A realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e
- III- Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos.
- Art. 16. A regulamentação dos benefícios eventuais e a sua inclusão na previsão orçamentária na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, garantirá os recursos necessários, o qual também estará previsto no Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social a Regulamentação dos Benefícios eventuais de que trata esta Lei.

- Art. 17. O Município promoverá ação que viabilizem e garantam a ampla divulgação dos benefícios eventuais e dos critérios para sua concessão.
- Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a LEI 372 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013.

DOM CAVATI, 25 DE NOVEMBRO DE 2019

PREFEITO MUNICIPAL

#### GABINETE DO PRESIDENTE

#### DESPACHO DE RECEBIMENTO

Processo Legislativo nº: 028/2029

Espécie: Projeto de Lei 21/2019

Nos termos do Regimento Interno, recebo o presente Projeto de lei e determino que seja incluída entre as matérias a serem lidas na próxima sessão, conforme o art.99, primeira parte.

Cumpra-se

Em 27 de Novembro de 2019.

Vereador Eduardo de Freitas.

Presidente da Câmara Municipal

#### GABINETE DO PRESIDENTE

#### DESPACHO

Processo Legislativo nº: 028/2019

Espécie: Projeto de Lei 021/2019

Ao

Exmo. Senhor Vereador Amarildo Afonso de Souza

Mesa Diretora Presidente da CLJR

Prezado Senhor,

Envio a Vossa Excelência, mediante carga, o processo legislativo nº 028/2019 para exame nesta Comissão, conforme previsão Regimental.

Antecipo votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Dom Cavati - MG, 29 de Novembro de 2019.

Vereador Eduardo de Freitas

Presidente

#### CÂMARA MUNICIPAL DE DOM CAVATI

# COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PARECER TECNICO

Processo Legislativo nº 028/2019

Espécie em Tramitação: Projeto de Lei nº 021/2019

Presidente: Amarildo Afonso de Souza

Relator: Jadson Nascimento Braz.

Vogal: João Ferreira Roberto

Ementa: Projeto de Lei 021/2019 que "Dispõe sobre Beneficios Eventuais da política da Assistência social e dá outras providencias".

#### Do Relatório:

Trata-se do Processo Legislativo acima que assegura a tramitação do Projeto de Lei n ° 021/2019, de 26/11 /2019, de Autoria do Prefeito Municipal que " "Dispõe sobre Beneficios Eventuais da política da Assistência social e dá outras providencias".

#### Dos Fundamentos:

Cabe a Comissão nos termos no que dispõe o Regimento Interno em seu Título IV, Capitulo II, a partir do Art. 49, examinar os aspectos da legalidade, Constitucionalidade e técnica redacional da matéria em exame. Dispõe o Art. 52 que "Compete a Comissão de Legislação e Justiça e Redação, manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação", quanto ao seu aspecto Constitucional, legal e jurídico, e quanto ao seu aspecto logico. Neste sentido trabalho da Comissão tem a abrangência que define o nosso regimento,

#### Das Conclusões

Na qualidade de Relator proponho a esta egrégia Comissão e aos meus nobres colegas, as seguintes conclusões:

- Os Processos Legislativos em epigrafe não contem preposição que contraria a Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica Municipal;
- Na qualidade de Relator designado para o exame da preposição, declaro sua admissibilidade, e passível de exame pela Câmara Municipal, pois não contraria regra, principio e nem Lei Superior.

principio e nem Lei Superior. Sala das Sessões, 17 de Dezembro de 2019.

lente Rela

Vog

#### CAMARA MUNICIPAL DE DOM CAVATI

#### COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADAS DE CONTAS PARECER TECNICO

Processo Legislativo nº 028/2019

Espécie em Tramitação: Projeto de Lei nº 021/2019

Presidente: Leandro Rodrigues Martins

Relator: Amarildo Afonso de Souza

Vogal: João Ferreira Roberto

Ementa: Projeto de Lei 021/2019 que "Dispõe sobre Beneficios Eventuais da política da Assistência social e dá outras providencias".

#### Do Relatório:

Trata-se do Processo Legislativo acima que assegura a tramitação do Projeto de Lei nº 021/2019/ de 26/11/2019, de Autoria do Prefeito Municipal que "Dispõe sobre Beneficios Eventuais da política da Assistência social e dá outras providencias".

#### Dos Fundamentos:

Cabe a Comissão nos termos no que dispõe o Regimento Interno em seu Titulo IV, Capitulo II, a partir do Art. 49, examinar os aspectos da legalidade, Constitucionalidade e técnica redacional da matéria em exame. Dispõe o Art. 53 que "Compete a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas, manifestar-se sobre matérias financeiras, tributarias e orçamentarias, como as conas do Prefeito, fiscalizando a execução Orçamentaria. Neste sentido trabalho da Comissão tem a abrangência que define o nosso regimento,

#### Das Conclusões

Na qualidade de Relator proponho a esta egrégia Comissão e aos meus nobres colegas, as seguintes conclusões:

- O Processo Legislativo em epigrafe não contem preposição que contraria a Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica Municipal;
- Na qualidade de Relator designado para o exame da preposição, declaro sua admissibilidade, e passível de exame ela Câmara Municipal, pois não contraria regra, principio e nem Lei Superior.

Sala das Sessões, 17 de Dezembro de 2019.

Presidente Relator Vogal



Minas Gerais

#### DESPACHO DO PRESIDENTE:

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINARIA DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2019

## PROCESSOS LEGISLATIVOS DIVERSOS

Em cumprimento ao que determina o Regimento Interno em seu Art. 32, XII, fixo para a data acima a seguinte Ordem do Dia:

#### Item 01

PARA DISCUSS.	The state of the s
Espécie	Projeto de Emenda 001
Autoria	Angelita da Silva Castro Camilo
Ementa	"Proposta de Emenda modificativa nº 001 ao projeto de lei 021/2019".
Ocorrência	and there is special manufactured to the second

#### Item 02

PARA 1º DISCUS	SÃO E VOTAÇÃO
Espécie	Projeto de Lei 021/2019
Autoria	Prefeito Municipal
Ementa	"Dispõe sobre beneficios eventuais da politica de assistência social e da outras providencias".
Ocorrência	

#### Item 03

PARA 2" DISCUS	SÃO E VOTAÇÃO
Espécie	Projeto de Lei 021/2019
Autoria	Prefeito Municipal
Ementa	"Dispõe sobre beneficios eventuais da política de assistência social e da outras providencias".
Ocorrência	315-32-32-73-7-61-33-32-61

#### Item 04

PARA 3º DISCUS	SÃO E VOTAÇÃO
Espécie	Projeto de Lei 021/2019
Autoria	Prefeito Municipal
Ementa	"Dispõe sobre beneficios eventuais da política de assistência social e da outras providencias".
Ocomencia	

#### Item 05

Autoria Leandro Rodrigues Martins  Ementa Requer do Senhor Prefeito Municipa  vigia para a Praça da Matriz como um  de nosso municipio. Solicito ainda	I que se destine um
vigia para a Praça da Matriz como un	l que se destine um
juntamente a Secretaria de Obras qu melhoria na iluminação dessa regiâ medidas cablveis para o termino dessa	ao poder Executivo e seja realizada uma o como também as

## Ordem de Votação

# Reunião ordinária do dia 17 de Dezembro de 2019.\*

# Projeto de Lei n°21/2019 1° votação

ITEM	
Vereadores	Resultado da votação
1º Jadson Nascimento Braz	Sim (X) Não ( )
2º Leandro Rodrigues Martins	Sim (-) Não (-)
3º João Ferreira Roberto	Sim (X) Não ( )
4º Èlcio Fernando Domingos	Sim (X) Não ( )
5º Angelita da Silva Castro Camilo	Sim (X) Não ( )
6º Amarildo Afonso de Souza	Sim ( ) Não ( )
7º Zaqueu Ferreira Campos	Sim ( ) Não ( )
8ºDjalme Rodrigues da Silva	Sim ( ) Não ( )

## Resultado

Favoráveis ( ) Contrários ( ) Abstenções( )

Eduardo de Freitas Presidente



Minas Gerais

#### CERTIDÃO

Processo Legislativo nº: 028/2019

Assunto: Projeto de Lei nº 021/2019.

CERTIFICO que o Projeto de Lei Nº 021/2019 de 26 de novembro de 2019, foi aprovado em 1ª votação no dia 17 de Dezembro de 2019.

Por ser verdade

Firmo a presente.

Dom Cavati-MG, 18 de Dezembro de 2019.

JUSSARA DIAS DE OLIVEIRA SANTANA

Rua Novo Horizonte, 303 – Centro — CEP: 35148-000 Telefone: (33) 3357-1382

## Ordem de Votação

## Reunião ordinária do dia 17 de Dezembro de 2019.\*

## Projeto de Lei n°21/2019 2° votação

ITEM	
Vereadores	Resultado da votação
1º Jadson Nascimento Braz	Sim Não ( )
2º Leandro Rodrigues Martins	Sim (→) Não (→)
3º João Ferreira Roberto	Sim ( ) Não ( )
4º Èlcio Fernando Domingos	Sim ( ) Não ( )
5º Angelita da Silva Castro Camilo	Sim ( ) Não ( )
6º Amarildo Afonso de Souza	Sim (X) Não ( )
7º Zaqueu Ferreira Campos	Sim (X) Não ( )
8ºDjalme Rodrigues da Silva	Sim (X) Não ( )

### Resultado

Favoráveis ( ) Contrários ( ) Abstenções ( )

Eduardo de Freitas Presidente



Minas Gerais

#### CERTIDÃO

Processo Legislativo nº: 028/2019

Assunto: Projeto de Lei nº 021/2019.

CERTIFICO que o Projeto de Lei Nº 021/2019 de 26 de novembro de 2019, foi aprovado em 2ª votação no dia 17 de Dezembro de 2019.

Por ser verdade

Firmo a presente.

Dom Cavati-MG, 18 de Dezembro de 2019.

JUSSARA DIAS DE OLIVEIRA SANTANA

Rua Novo Horizonte, 303 - Centro — CEP: 35148-000 Telefone: (33) 3357-1382

## Ordem de Votação

## Reunião ordinária do dia 17 de Dezembro de 2019.\*

## Projeto de Lei n°21/2019 3° votação

ITEM		
Vereadores	Resultado da votação	
1º Jadson Nascimento Braz	Sim ( ) Não ( )	
2º Leandro Rodrigues Martins	Sim (-) Não (-)	
3º João Ferreira Roberto	Sim (⋉) Não ( )	
4º Èlcio Fernando Domingos	Sim ( ) Não ( )	
5º Angelita da Silva Castro Camilo	Sim (x ) Não ( )	
6º Amarildo Afonso de Souza	Sim (X) Não ( )	
7º Zaqueu Ferreira Campos	Sim (X) Não ( )	
8ºDjalme Rodrigues da Silva	Sim ( ) Não ( )	

### Resultado

Favoráveis ( ) Contrários ( ) Abstenções ( )

Eduardo de Freitas Presidente



Minas Gerais

#### CERTIDÃO

Processo Legislativo nº: 028/2019

Assunto: Projeto de Lei nº 021/2019.

CERTIFICO que o Projeto de Lei Nº 021/2019 de 26 de novembro de 2019, foi aprovado em 3ª votação no dia 17 de Dezembro de 2019,

Por ser verdade

Firmo a presente.

Dom Cavati-MG, 18 de Dezembro de 2019.

JUSSARA DIAS DE OLIVEIRA SANTANA

Rua Novo Horizonte, 303 – Centro — CEP: 35148-000 Telefone: (33) 3357-1382



Minas Gerais

Oficio nº 33/2019

Serviço: GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Assunto: ENCAMINHAMENTO FAZ

Em: 18/12/2019

PROTOCOLO Nº 03/0/19
DATA 18 1 12 19019
ASS. Clair Theory of Some

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente oficio para encaminhar a Vossa Excelência, Cópia do projeto de Lei de N°021, Projeto de emenda 001 e do Requerimento N°027, aprovado nesta casa legislativa em 17/12/2019.

Renovo neste ensejo, protesto de elevada estima e distinta consideração.

ANTESIOSAMENTE;

Eduardo de Freitas Presidente da Câmara Municipal

Ao Exmo. Senhor José Santana Junior

Prefeito Municipal

Dom Cavati MG

Rua Novo Horizonte, 303 – Centro — CEP: 35148-000 Telefone: (33) 3357-1382